



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16/02/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Boa tarde a todos. Hoje seria uma reunião ordinária da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esportes, mas resolvemos marcar uma audiência pública, aprovada em reunião da Comissão, no ano passado, para tratar, justamente, dessas questões relacionadas à EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística.

Fizemos convite à Secretaria Municipal de Educação; à Secretaria de Cultura; à Defensoria Pública; ao Ministério Público; ao Dr. Reynaldo Mapelli Junior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; ao Dr. Daniel e às Sras.: Márcia Nunes, Valéria Cristina dos Santos Motta, Beatriz Coelho e Isabel Lopes.

Presente o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Há uma lista de inscritos. Nossa reunião irá até as 15h00. Consulto o nobre Vereador Celso Giannazi, se gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa).

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os Vereadores presentes: Presidente Eliseu e Eduardo Suplicy; representantes da comunidade escolar: pais, alunos, mães; e representantes da Secretaria Municipal de Cultura.

A Sra. Secretária não estará presente? (Pausa).

– Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Estão representando a Secretaria de Cultura os Srs.: Pedro Machado Granado, Ligia Antônio e Adriana Amaral.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Sr. Presidente, a questão da EMIA é um equipamento ligado à Secretaria da Cultura. Tem um projeto político pedagógico, conceituado, reconhecido pela comunidade escolar, pela cidade de São Paulo. Está localizada no bairro do Jabaquara há quase 40 anos. O projeto já existe, está consolidado. A comunidade escolar tem nos procurado e o pedido dessa audiência pública se deu no ano passado, em atendimento a um pedido da comunidade, de um processo que está em desenvolvimento pela Secretaria de Cultura, que tem um novo olhar para a EMIA, que é implementar mudanças. Agora, a comunidade escolar vê, assim talvez não tão bem informada do que pretende a Secretaria Municipal de Cultura e aí

começam ruídos, eles têm medo de que a Cidade perca esse projeto político pedagógico de excelência na cidade de São Paulo.

Por outro lado, tanto a Secretaria, como a comunidade escolar quer que a EMIA vá para outras regiões da cidade de São Paulo. Todos nós queremos. Como é um projeto de sucesso muito importante para as nossas crianças, muito importante mesmo, queremos que ele se expanda por toda a Cidade: zona Sul, Norte, Leste, todas as regiões e também tem a política afirmativa que fazemos questão, tanto na rede Municipal de Educação, na Cultura também.

Agora, precisamos ter um diálogo. Uma gestão democrática precisa ser respeitada na EMIA. Então, o objetivo dessa audiência pública é ouvir um pouco o que está pensando, o que está sentindo a comunidade escolar que está lá no chão da escola, que tem a vivência da escola, representantes da Secretaria Municipal de Cultura também, para que dê essa palavra. Esperávamos que a Secretária Aline Torres, para falar o que a Secretaria tem de planejamento para EMIA. Ontem fizemos uma reunião, infelizmente, as mães não puderam participar, mesmo porque tem outras atividades, não dá para participar em dois dias seguidos, têm outros trabalhos também. Então tem também representantes da comunidade escolar aqui, pais e mães para serem ouvidos. Essa audiência se dá por conta disso. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Com a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** – Sr. Presidente, as mães e responsáveis podem fazer uso da palavra. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Há pessoas previamente inscritas e *on-line*.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Presente, Sr. Presidente. Estou representando a Comissão da Criança e Adolescente, foi aprovado na Comissão para participar, em conjunto, dessa audiência. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Obrigado, nobre Vereadora.

**O SR. JUNIOR** – Boa tarde, Sr. Presidente. Presente Junior, da Divisão de Cultura Coordenadoria dos CEUs, que pertence a Secretaria Municipal de Educação.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Tem a palavra a Sra. Leda Maria Tronco.

(Pausa). Ausente. Sra. Maria de Fátima Pereira da Silva.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA** – Boa tarde a todos! Sou aluna da EMIA. Aqui tem um trabalho meu, de bordado. Cheguei na EMIA através de vagas inscrições. Estava recém-saída de um AVC. Meu médico me aconselhou a fazer atividades manuais. Inscrevi-me na EMIA. Sou aluna de bordado da professora Joana Sales. Não é só bordado que a gente aprende e vê na EMIA. Vemos a natureza, principalmente, a integração entre os adultos e as crianças, as famílias e a comunidade. A escola é um oásis. Convido todos vocês que não conhecem, não tiveram oportunidade de ver, ouvir um ensaio de música, uma apresentação de dança e de teatro que é aberto ao público, uma festa de consagração dos trabalhos do encerramento do ano letivo. A EMIA é isso. Vim aqui hoje. Vesti a camisa, fiz questão, e estou diante de pessoas com quem eu tive o prazer de conviver um pouco mais de perto na Universidade onde trabalhei como professora e como funcionária, para convidar vocês a olharem com carinho para a EMIA. Ótimo, que queiram expandir. A cidade de São Paulo precisa dessa multiplicação de espaços públicos para que o povo tenha acesso. Um pequeno grupo que consegue vagas para inscrições tem acesso na EMIA. É a grande consagração de um projeto pedagógico que trabalha há mais de 40 anos. Essa minha camiseta é da comemoração dos 35 anos da escola. De lá para cá vieram outras camisas. A pandemia nos separou.

Espero que agora, nesse momento, a partir de agora os senhores possam olhar com carinho para o projeto pedagógico, para os professores, as famílias e as futuras vagas e o surgimento de novos talentos, onde a cidade São Paulo tem demonstrado, não só na abertura para mim que sou nordestina, cheguei aqui há 34 anos. Vim para trabalhar na Universidade. Outras pessoas que chegam aqui e que não tem essa oportunidade de vir já com um trabalho, um endereço, uma escola para matricular os filhos. Senhores olhem com carinho para essas oportunidades. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Tem a palavra o Sr. Geraldo Sidney Ferreira de Araújo. (Pausa). Ausente. Sra. Fernanda Guimarães. (Pausa). Ausente. Sra. Elizabeth Arouca

Caroce. (Pausa). Ausente. Agora, há outros nomes. (Pausa). Márcia Nunes. (Pausa). Márcia, eu não tenho claro quem você está representando, só há o seu nome aqui.

**A SRA. MÁRCIA NUNES** – Sou Márcia Nunes, estou como representante das famílias do Conselho da EMIA.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Ok.

**A SRA. MÁRCIA NUNES** – Quero agradecer a presença de todos e todas. Nós lamentamos, pois nossa expectativa era de conversar com a Aline Torres hoje. Já vínhamos tentando há bastante tempo sem sucesso e lamentamos não ter conseguido.

Tendo em vista a necessidade de regulamentação dos contratos de trabalho dos artistas educadores da EMIA, apontada pelo Ministério Público, a Secretaria de Cultura optou por abrir edital para realização de gestão compartilhada. A comunidade escolar nunca, em nenhum desses 42 anos, desejou realizar qualquer tipo de gestão compartilhada. Entendemos que a EMIA é uma escola pública, deve ser mantida assim e ninguém deve intermediar nossas relações. A comunidade não deseja nenhum intermediário em nossas relações e deseja, sim, que a escola seja mantida como escola pública e escola livre de artes para crianças.

Nesse sentido, a lei escrita em 2011, que regulamenta a EMIA, fragiliza nossa escola na medida em que ela foi escrita como se a EMIA fosse um equipamento de cultura. Toda a lei entende a escola como um equipamento de cultura, como se fosse um centro cultural, um museu, e ela não tem nada que a caracterize de fato como uma escola. Não há um conselho deliberativo, não há um conselho paritário, não há nada na lei que discrimine o funcionamento de uma escola. Isso nos fragiliza muito, ficamos vulneráveis com ameaças como essa, que vimos sofrendo.

Nesse sentido, queremos firmar hoje o compromisso da necessidade de se alterar essa lei. Isso é necessário para que a escola seja protegida, e estamos comprometidos com essa alteração. Vimos refletindo sobre isso, dialogando e construindo.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Você se refere à lei de 2011?

**A SRA. MÁRCIA NUNES** – Que regulamenta a EMIA. Não sei o número. (Pausa). É a lei de 2011, que regulamenta a escola. Há necessidade de se alterar essa lei. Não temos

garantia orçamentária. Temos coordenações com cargos comissionados desde 2011. Não temos um conselho deliberativo nem um conselho paritário. Assim, essa lei nos fragiliza demais como escola. Apesar disso, temos funcionado como uma escola absolutamente democrática. Nosso conselho funciona como se fosse deliberativo, e as construções são feitas em acordo com a comunidade. As decisões, na escola, são tomadas pela comunidade tendo em vista o direcionamento do projeto político pedagógico, que foi construído pela comunidade escolar no dia a dia, na intimidade da escola.

Nesse processo de chamamento da organização social, uma entidade concorreu ao edital, a Associação Educacional Maria do Carmo, que atualmente atua essencialmente com creches, com CEIs no interior do Estado, na cidade de Campinas. Embora ela tenha sido a única inscrita, foi desclassificada no edital. Apesar de a Secretaria ter dito que foi por uma cláusula, na verdade ela perdeu pontos em todos os quesitos do edital. O edital compreende seis quesitos, e aquele em que ela perdeu mais pontos foi o referente à experiência na área da Cultura, que ela não tem. Essa entidade possui experiência somente por ter feito alguns eventos culturais, e não fazemos eventos culturais na EMIA, somos uma escola.

Quero ressaltar algumas questões sobre a Comissão que avaliou, da qual inclusive a Lúgia e o Antonio fizeram parte, com outros profissionais da escola. Há questões que para nós são muito graves, como o orçamento, que precisa passar por reajustes, e o plano de trabalho, que precisa de revisão, bem como um maior entendimento dos propósitos da EMIA.

Uma das razões pelas quais a entidade foi reprovada foi não ter entendido o propósito da escola, e com essa entidade, que foi desclassificada, que a Secretaria de Cultura firma um contrato emergencial, apesar dos apelos da comunidade em assembleia realizada em dezembro de 2021, com participação – a nosso convite – de Parlamentares, para mostrar o desejo político da comunidade de alterar essa lei. Fizemos um apelo. Conversamos com o Ministério Público dizendo que era possível renegociar o termo, fizemos esse mesmo apelo à Secretaria, mas o Pedro, com representantes do Gabinete, e o jurídico disseram que não era possível e que eles não fariam, apesar de sabermos dos promotores que, sim, era possível. Eles optaram, então,

por um contrato emergencial por um período de seis meses com uma organização desclassificada no edital.

Então, começamos o ano com salas comprometidas. Estive na EMIA hoje. É impressionante, mas há uma sala, a do camarim, que está com o chão quebrado, com dois buracos, além da sala do quarteto. A Adriana pode narrar melhor do que eu os lugares que estão depredados. Eles estavam me dizendo que para voltar agora com todas as turmas – estamos voltando no sistema escalonado, com metade das turmas essa semana –, com todos os alunos, eles irão usar a varanda de uma das salas, o hall de outra casa, a Casa II. A EMIA funciona em três casas dentro do Parque Lina e Paulo Raia. Na Casa II, somente o anexo está funcionando, o auditório não funciona, nossa ala também não funciona, precisa de reformas. Nesse contexto, começamos o ano com a expansão, com os espaços ainda não definidos. Estamos em fevereiro, na EMIA Jabaquara já começaram as aulas. Nas outras unidades, ainda não há definição, pelo menos nada foi publicizado quais serão os lugares. A previsão do Pedro, na última reunião, era de que o início das aulas seria em abril. Já tivemos muitos problemas, mas nunca tivemos aulas começando em abril. Os profissionais já estão contratados. Foram contratados por essa organização desclassificada, que tem contrato com a Prefeitura por seis meses.

Então, temos o seguinte contexto: ou essa entidade é contemplada no novo edital, e aí os contratos são continuados, ou outra entidade é contemplada com novo edital, que a Secretaria de Cultura pretende lançar, e todos são demitidos e são feitas novas contratações. Não temos nem a garantia de quem serão os profissionais contratados. Serão os mesmos? Porque, pelo último edital, disseram que não poderia descomprometer a organização.

Só mais uma questão relativa à coordenação, à defesa do projeto. No início do ano, uma das coordenadoras foi exonerada, e pela primeira vez, em 42 anos, as nossas indicações para coordenação não foram aceitas. Ao longo desses anos, os cargos de coordenação sempre foram ocupados por professores. Antes de 2011, os professores se organizavam e se dividiam nas funções, porque não existia esse cargo. A lei de 2011 instituiu esses cargos de coordenação, cuja escolha foi atribuída ao Governo. Mas todas as gestões pelas quais passamos entenderam

a importância desse cargo para a escola e a importância de se conhecer intimamente os processos desenvolvidos na escola. E, pela primeira vez, em 42 anos, as nossas indicações não foram aceitas, e, para nosso desespero, foram indicados profissionais que, inclusive, pelo que ouvimos, não têm experiência com crianças. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Obrigado. Sr. Luciano Costa e Silva, está presente? (Pausa). Ana Paula Crispiniano. (Pausa). Valéria Cristina dos Santos Motta. (Pausa). Beatriz Coelho. (Pausa). Tem a palavra.

**A SRA. BEATRIZ COELHO** – Sou Beatriz Coelho, trabalhei na EMIA por oito anos e acabei de ser exonerada pelo Pedro, pela Lígia e pela Aline Torres. Eu fui exonerada, e espero que seja a única vez em minha vida, depois de ter me dedicado um ano inteiro ao trabalho como coordenadora, sofrendo, então, uma retaliação política. Dediquei-me a todas as tarefas que me foram designadas – como sabem os meus supervisores, presentes. Eu me dediquei às tarefas, eu não questionei durante muito tempo algumas ações, fomos fazendo. Fizemos, no começo do ano, o edital do PIAPI, que é Programa de Iniciação Artística para a Primeira Infância.

Nesse processo, já começamos a perceber, eu e alguns colegas, o ritmo de como as coisas estavam sendo feitas e colocadas. A conversa, o diálogo começou a ficar muito difícil. A gente produziu o edital da parceria entre público-privado na EMIA, e foi, a partir de então que as coisas começaram a ficar um pouco mais tensas.

Quando eu, enfim, coloquei a minha opinião sobre isso, fui desconsiderada. Eu não estava ali colocando, em nenhum momento, um ponto de fazer ou não fazer aquele edital, mas, se questionada, fui exposta e sofri alguns tipos de opressões em relação a isso.

Eu realizei o início do projeto da expansão, e hoje estou sendo acusada de ser contra a expansão. Eu me preocupei, me dediquei a pensar diversas ações de políticas afirmativas. Agora sou acusada também de agir contra essas ações, sendo que o que eu procurava realmente era fazer as coisas com um pensamento crítico, com avaliação de impactos, com realmente uma preocupação de que as coisas tivessem um ciclo que se completasse.

Fomos acusados de que a coordenação da EMIA era racista e inteiramente branca,

o que ignorava o fato de o diretor ser negro; e, nesse sentido, ele seguia sofrendo racismo, como o racismo segue, sendo ignorado assim, enquanto as pessoas negras vão sofrendo essas violências.

A gente se preocupou, desde o começo, no edital do PIAPI, a olhar para algumas questões como, por exemplo, a não matrícula de crianças em vários equipamentos. Isso aconteceu na primeira edição, e a gente falou dessa crítica do PIAPI, desse programa, porque a gente acompanha, e eu fiz parte do Programa PIA, e que, até hoje, esse problema existe. O problema tem mais de dez anos. Até hoje existem locais em que não existem crianças matriculadas e que há salas vazias. Então, é necessário pensar. Para o que a gente olhava, era necessário pensar os programas que existem. É necessário a gente olhar e avaliar, para pensar como realmente fazer um processo de divulgação, de criação de territórios e não ir passando por cima à toque de caixa, assim à rebote, enfim, fazendo essas questões todas, e aí a coisa ficou realmente um pouco mais tensa, quando eu comecei a adoecer, a partir do momento em que uma única empresa se inscreveu no edital da parceria público-privada da gestão compartilhada. Só uma única OS se inscreveu, a Maria do Carmo, e aí a gente sugeriu que se pedisse mais tempo para o Ministério Público, desde antes. Durante o processo do edital, ignora-se que ele estava na vigência, e se não estiverem inscritos, porque a gente teve apenas uma. Se não estiveram os inscritos, vamos pedir mais tempo. A gente reelabora esse edital e o deixa mais tempo vigente, não apenas um mês. Nesse processo, as coisas ficaram realmente mais difíceis, porque houve a mudança de gestão, da Secretária. Saiu o Sr. Alê Youssef e entrou a Sra. Aline Torres. Então, tudo deixou a coisa mais complicada, mais morosa. O edital foi muito rápido, a vigência dele, tamanhas exigências que tinha esse edital, nos quais a gente se dedicou. O edital tem 90 páginas. Quem se dedicou a fazer fui eu e um colega. Por isso que eu digo que a gente sofre uma retaliação, porque as pessoas que mais se dedicaram, no ano passado, são as que estão sofrendo agora, atualmente, perdendo os seus empregos, sem perspectiva de trabalho.

Aí a gente colocou diversos obstáculos, no sentido de fazer um contrato emergencial com essa empresa. Durante o processo, eu avalio que esse processo hoje que foi feito está

tendo repercussões muito complicadas na escola atualmente, inclusive a exoneração de alguns coordenadores e a nomeação de coordenadores brancos, que até então nós éramos criticados, por sermos brancos e estarmos ocupando. E aí enfim, nomeiam-se pessoas brancas. Uma das pessoas da dança não tem experiência com criança, o que é uma prerrogativa para a escola, é um dos princípios.

Além de tudo, eu só gostaria de colocar que a comunidade e os professores pediram que eu voltasse para o corpo docente. Foi dito que isso me foi sugerido, mas me foi sugerido num momento de muita má-fé, em que eu não ia abandonar meus colegas, avaliando mais de 500 currículos; e eu não ia abandonar o meu cargo e não poderia fazer um processo seletivo em que eu estava na comissão. Não fazia cabimento e nem ético eu mandar um currículo para eu mesma avaliar.

Muito obrigada.

---

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Está presente o Deputado Carlos Giannazi - que bom V.Exa. participar.

Tem a palavra a Sra. Valéria.

**A SRA. VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS MOTTA** – Eu vou ser rápida e objetiva. Eu vou exercer aqui meu papel de educadora. Primeiro, é muita satisfação em estar aqui hoje; só que, enquanto mãe e enquanto gestora pública também de uma escola que fica ao lado da EMIA, eu vim aqui reivindicar o direito de as nossas crianças frequentarem aquele espaço de forma qualitativa, e que efetivamente a gente consiga implementar um território educativo, como garante tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, enfim, o nosso marco legal.

Hoje nós conseguimos, enquanto escola pública, colocar crianças direto da rede, passando pelo processo da EMIA, e hoje a gente está um pouco temeroso, por não conseguir garantir esse direito. Esse é um dos pontos. O segundo ponto é enquanto espaço, ambiente. A EMIA é um patrimônio tombado, as casas que estão lá. Infelizmente hoje não está adequado, para que essas crianças sejam atendidas, com qualidade que a gente tanto preza. Outro ponto há muito tempo a gente vem debatendo desde o Plano Municipal de Cultura. Inclusive, nós

estávamos num processo de continuidade da discussão do plano municipal da expansão da EMIA e da questão das políticas e ações afirmativas, que é um ponto, para nós, muito importante.

Primeiro digo que as ações afirmativas não é a pauta da EMIA, é uma pauta do movimento negro organizado, inclusive de expansão que já há muito tempo. Então, isso é muito importante dizer. Trabalhar essas questões, na EMIA, é continuidade inclusive da Prefeitura de São Paulo, com as políticas de cotas que nós temos, da Lei 10.639. Então, é algo inegociável; e é muito importante dizer que nós, enquanto educadores do movimento negro, entendemos que é muito caro para nós colocar isso como uma pauta de divergência. Não é divergência. É direito. Isso é um ponto fundamental.

Entender como aqui, em São Paulo, a gente defende o Teatro Municipal e outros espaços, a gente também vem defender a EMIA como um patrimônio importante do território do Jabaquara.

Enquanto nós estivermos lá, a gente vai lutar para que aquele espaço seja de qualidade e que se expanda sim na cidade de São Paulo, conforme ele tem sido durante esses 40 anos.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Obrigado. Parabéns.

Tem a palavra a Sra. Isabel Cristina.

**A SRA. ISABEL CRISTINA LOPES** – Eu sou Cris Lopes. Sou psicóloga, terapeuta e sanitarista, membro fundadora do coletivo de terapeutas solidárias desde 2016 e mãe de duas crianças da EMIA, que já se formaram. Uma está com 21 anos e outro se formou, no ano passado, com 14 anos.

Esse coletivo do qual faço parte é um coletivo que se ocupa de ações frente a situações de violência, principalmente violências que retiram direitos fundamentais.

Durante a pandemia, nós pudemos trabalhar muito junto da EMIA. A EMIA é isso, parafraseando o poeta: um mar de fogueirinhas que aquece e acende o brilho de crianças e adolescentes de todas as raças, etnias e cores; deficientes, autistas, síndromicos, pobres ou

abastados; heterogeneidade escancarada. Alguns fogos são labaredas, outros, brasas efêmeras. A arte dessa escola está em compor, com todos esses fogos de maneira que quem chega perto, inevitavelmente, pega fogo. Quarenta e dois anos aquecendo e construindo um patrimônio imaterial da humanidade. Reconhecido em 2021 pelo painel da ONU e OMS pelo seu trabalho inovador. Quem seria obtuso em prescindir de uma política pública tão bem-sucedida como esta que abre campo de visão criativa e espírito solidário para a infância? A atitude obtusa está fundamentalmente em não observar que o modo dessa escola operar é com pressupostos contemporâneos de um fazer implicado e conjunto; um fazer afetivo que afeta a todos; em que as quatro linguagens artísticas se interseccionam; em que o processo se faz no vínculo longitudinal; em que os corpos infantis dialogam com os corpos de docentes que fazem da arte sua alegoria, sua ludicidade, sua pedagogia, seu parangolé, sua sonoridade. Uma escola que inicia criança nas artes não é uma escola técnica. Uma escola que não é uma casa de espetáculo com suas temporadas. É uma escola. Só que está na Cultura.

A pandemia, como em todo território brasileiro, promoveu na EMIA uma fratura exposta em que veio à superfície: perdas, medos, incertezas e o protagonismo indesejado da morte. Neste terrível cenário, a arte, mais uma vez cumprindo sua função de satisfação substitutiva, como nos elucida a psicanálise, acolheu e ressignificou, virtualmente, a ausência de esperança de crianças e famílias.

Em parceria com a iniciativa de artistas professores da EMIA, que criaram a ação solidária para socorrer a mesa vazia de muitas famílias, vítimas sociais de uma pandemia necropolitizada, o Coletivo de Terapeutas Solidários, do qual faço parte, disponibilizou escutas terapêuticas que evitassem a medicalização de um sofrimento social e coletivo a crianças, famílias e professores. Entretanto, surpreendentemente, se sobrepôs a esses imensos sofrimentos, outra camada de medos, incertezas, autoritarismos e ameaças, advinda da Secretaria Municipal de Cultura que impõe uma gestão compartilhada como uma atitude de evitar a precarização de trabalho, mas precarizando relações e precarizando o futuro.

Com uma Secretária Municipal que, como uma verdadeira Rainha de Copas corta as

cabeças de quem se aventura no direito de usar liberdade de expressão, questionando seus arroubos. Silencia discordâncias, inviabilizando um diretor de seu papel de guia e guardião, gerando, com isso, um adoecimento em cadeia, em massa, em que o medo prevalece. E a servidão humana é valorizada. A liberdade criativa e a organização coletiva punidas.

Eu afirmo, senhores e senhoras, estamos diante de um corpo que adocece. Sim! Um corpo docente está adoecido, cindido, fraturado. Como um corpo docente adoecido pode acolher centenas de corpos infantis?

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Já são cinco minutos que você está falando.

**A SRA. ISABEL CRISTINA LOPES** – Ok. Corpos infantis para a liberdade e a criação. Então, diante desse diagnóstico, em nome destes corpos que representam o patrimônio imaterial da EMIA, só há a seguinte conduta: o diálogo e o respeito aos pressupostos artísticos e pedagógicos em que esse corpo docente possa protagonizar à sua maneira de operar. O que eu quero dizer com isso? Acho que precisamos sair daqui, infelizmente sem a presença da Secretária, sem a presença do Ministério Público, mas, ontem, pude conversar com o Promotor de Direitos Humanos Dr. Reynaldo Mapelli que está estudando a questão e se dispõe a uma comissão de trabalho. Sugiro uma comissão que envolva os três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo, e a participação das famílias, para se pensar esse momento tão delicado que envolve uma escola de 42 anos.

Basicamente, qual é a nossa tarefa? Alteração da lei. Qual é a nossa segunda tarefa? Que todos os professores do corpo docente, como é feito há 40 anos, ocupem o lugar de coordenadores de área. O diretor, por exemplo, que está exausto, adoecido, assim como muitos lá, que possa ir também para essa coordenação de área.

Agora, a Secretaria vem e faz o que bem entende. A Secretária é servidora pública! Ela não é a Rainha de Copas. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Ok. Há mais algumas pessoas inscritas e eu queria, depois, também passar a palavra para o Deputado Carlos Giannazi, para a Vereadora Luana, que ainda não falaram. Mas vamos dar oportunidade às pessoas que vieram aqui.

Primeiro, Fernanda Gilbertoni. Está presente? (Pausa). Pode falar por três minutos.

**A SRA. FERNANDA GILBERTONI** – Sim. Estou presente. Sou mãe de aluna da EMIA. Tenho acompanhado essa mudança da gestão na Secretaria Municipal de Cultura e que tem impactado na gestão da EMIA.

Quando da ocupação, que eu vejo isso, tivemos uma primeira reunião com o Supervisor Pedro Granato, na semana passada, falando desse reinício das atividades na EMIA, e me pareceu tudo muito desconexo, digamos assim. Primeiro, falando de uma verba como se a Secretaria de Cultura tivesse muito recurso, agora, para investir na EMIA, não sei desde quando, e falando sobre uma expansão da escola. Então esse recurso vem para adquirir ou equipar novos espaços na Cidade e numa contratação de outros, vinte e tantos profissionais, novos professores, mas abandonando a unidade da EMIA do Jabaquara, que nós vemos que tem dificuldade para compra de instrumentos, que tem os espaços mau cuidados para receber as crianças. Então estamos expandindo sem respeitar aquilo que está consolidado na linha pedagógica, mas que está com sérios problemas de conservação por conta da gestão pública.

Outra questão que ficou evidente é essa disparidade de entendimentos. Então a gestão pública que é temporária, ela não é definitiva, os gestores vão passando, vemos até troca de Secretários com mais frequência do que os quatro anos de mandato, e está completamente desvinculada da discussão estruturada da escola desses 42 anos, que é uma discussão que passa pelo corpo docente, que passa pelas famílias que têm seus filhos na escola. Então não dá desvincular e deixar tudo na gestão da Secretaria Municipal de Cultura, sem ouvir, e não só ouvir, sem respeitar os desejos, as opiniões de quem está lá lidando e construindo a escola nessas décadas todas.

O meu apelo que faço aqui, como mãe, é que tenhamos espaço para colocar as questões que são importantes para a comunidade escolar da EMIA, e que isso seja levado a sério. Que haja um compromisso, um comprometimento da Secretaria Municipal de Cultura de que a nossa voz, o nosso voto, que tenhamos voto nessas decisões, não é só ouvir para fazer de conta.

Então eu queria levantar essas questões da gestão e dos recursos. É preciso investir na EMIA que existe hoje, no Jabaquara, que esse espaço seja cuidado, que essas crianças possam ser acolhidas nessa chegada para as aulas novamente, e que não exista essa instabilidade do corpo docente, aí de seis meses de um contrato. Não temos nem segurança do que vai ser esse ano de 2022, veja são crianças que estão vindo de um ano de pandemia, que ficaram afastadas da escola por mais de um ano e que, agora, voltam ainda com insegurança. Acho que não é o momento de se propor mais insegurança ainda para as crianças. Precisamos ter clareza, como adultos, dos nossos papéis políticos e sociais, como cidadão, e construir algo mais consolidado para as nossas crianças. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Conclui, por favor, acabou? Obrigado por sua pontualidade. A próxima é Lígia Gama Monteiro. (Pausa).

Ana Maria Galluzzi? (Pausa). Três minutos, Ana Maria.

**A SRA. ANA MARIA GALLUZZI** – Eu sou participante do conselho da EMIA e mãe de ex-aluna. Minha filha já tem vinte anos, e acredito que a EMIA foi fundamental na formação da minha filha como pessoa, como ser humano. E eu frequento também as oficinas abertas à comunidade. Eu participo da oficina de canto coral e da oficina de bordado. Eu tenho acompanhado todo o movimento da Secretaria de Cultura e estou muito preocupada. Eu acho incrível a Secretaria ter feito um contrato de emergência com uma OS que foi desclassificada pela própria secretaria. Eu acho que isso merece investigação do Poder Legislativo, do Ministério Público e quem sabe até de outros órgãos da Prefeitura. Eu sou funcionária aposentada da Secretaria de Saúde, e vi, durante anos, a contratação de parceiros em OSs; e eu sei o quanto isso pode ser prejudicial à qualidade dos serviços que prestamos à população.

Então, eu penso que não dá para iniciar o ano letivo com essa OS, com pressão, com obstinada pressa em alimentar o início das aulas, sem pensar na qualidade. Não dá para a gente começar esse ano com a exoneração da Sra. Bia Coelho, que se dedicou, durante muito tempo, no trabalho dessa escola, inclusive no trabalho desse edital. Não dá para começar o ano com um diretor tão fragilizado como a EMIA tem hoje em dia, e um corpo docente que

infelizmente está ficando, cada dia mais, doente. E eu falo isso como profissional da saúde mental.

Eu gostaria que a Secretaria tivesse um freio nas suas ações, parasse para pensar o quanto ela não está respeitando os profissionais, os pais e a comunidade da EMIA.

Eu acho que essas questões têm que ser verificadas pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo do Município. Provavelmente nós estamos vivendo uma situação de irregularidade. Eu gostaria que os parlamentares e os profissionais da Prefeitura responsáveis por essas averiguações se debruçassem mesmo sobre esse contrato que está sendo firmado pela Secretaria de Cultura.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Tem a palavra o Deputado Carlos Giannazi.

**O SR. CARLOS GIANNAZI** – Boa tarde, nobre Vereador Eliseu Gabriel e todos.

Quero cumprimentar toda a comunidade escolar da EMIA e os Vereadores presentes que estou vendo, Srs. Suplicy e Celso Giannazi. Rapidamente aqui faço a minha consideração sobre essa luta importante da comunidade escolar da EMIA. Eu acompanho já há muito tempo. Entra Governo, sai Governo e tentam atacar e tentam desmontar a EMIA. Essa é a grande verdade. Eu já fiz audiência pública aqui na Assembleia Legislativa com a comunidade escolar da EMIA. Já fiz, na Câmara Municipal. Ainda quando era Vereador, nós já tínhamos problemas. Então, é algo histórico a tentativa de destruição, a tentativa de esvaziar o projeto pedagógico, criativo e libertário que existe, que é construído coletivamente junto com a comunidade escolar. Ele tem que ser preservado, porque esse projeto pedagógico da EMIA é um patrimônio, na verdade, que tem que ser preservado. Existe, na EMIA, uma gestão democrática, com a participação da comunidade. É algo raro de acontecer.

Agora eu quero dizer o seguinte, que a EMIA é uma escola pública, embora esteja na Secretaria da Cultura. Então, ela tem que obedecer aos princípios da Educação nacional, e um dos princípios da Educação nacional é a gestão democrática da escola pública, que inclui necessariamente a participação não só da gestão, mas dos professores, das professoras, dos

pais, dos alunos e dos moradores da região.

Eu fico chocado, porque, quando o Sr. Doria foi eleito Prefeito e nomeou aquele Secretário Sturm, S.Exa. queria já fazer alteração. Fez uma intervenção, uma ingerência, tirando também a pessoa que estava na gestão. Nós fizemos uma audiência pública aqui na ALESP. V.Exas. participaram inclusive. Depois S.Exa. acabou recuando. Agora querem fazer de novo uma intervenção, sem consultar a comunidade. Qualquer tipo de ação, de modificação, tem que passar necessariamente pela comunidade. Tem que haver muito debate, muita discussão, porque a EMIA tem um acúmulo, tem uma tradição, tem uma trajetória. É um patrimônio, não só a estrutura física, mas o projeto pedagógico histórico dessa escola.

Então, nós não vamos aceitar nenhum tipo de ingerência. Como foi dito aqui por V.Exas., a gestão é passageira, secretária e Assessoria. Nós, também, Parlamentares, temos um prazo de validade. O Vereador é eleito por quatro anos. Depois S.Exa. pode voltar para a Casa ou não ser mais reeleito. O Secretário também. O Secretário de Cultura, o Secretário de Educação passa pelo cargo, agora a escola permanece e o projeto pedagógico permanece. Ele tem muito mais consistência nesse sentido. Então, nós não vamos aceitar mais uma ingerência. Eu fiquei sabendo agora que tiraram, de forma autoritária, a gestora da escola, a Profa. Beatriz, sem consultar. É um absurdo.

Então, eu me coloco à disposição aqui também pela Assembleia Legislativa. Nós podemos também fazer outra audiência aqui, para fortalecer a de V.Exas. na Câmara Municipal, que é muito importante, mas podemos mobilizar as comissões aqui, da Educação e Cultura, enfim, acionar o Ministério Público e o Tribunal de Contas em relação ao contrato que V.Exas. estão com dúvidas. A gente pode fazer mil coisas em defesa da EMIA. Repito que ela é um patrimônio de toda a cidade de São Paulo.

Muito obrigado e contem com o nosso total apoio.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Nobre Vereador Eliseu Gabriel e comissão, é

importantíssimo que a gente esteja presente nesta audiência pública. V.Exas. viram que uma hora não dá conta de falar tudo que é necessário. O fato é que a gente gostaria de estar saindo aqui, Sr. Presidente, com uma abertura de conversa, de diálogo com a Secretaria, para que a gente possa retomar a partir daquilo que os pais, que o conselho e que a comunidade está solicitando.

Foi avançado já. A gente sabe – pela questão da legislação, pela relação de atropelo que foi dado pelo Executivo, não ouvindo outras ações que a EMIA vem sofrendo. E a gente está querendo que, nesse processo – a gente conversou ontem muito com a Sra. Secretária numa reunião – S.Exa. possa dar essa abertura do diálogo. O que a gente quer é que seja respeitada a equipe pedagógica aqui. No caso, foi muito bem relatado aqui pela professora o quanto ela trabalhou; e a gente pode tirar da frente esse discurso que está sendo colocado, sobre a questão do racismo. É um absurdo, porque a EMIA é a escola que mais faz ação contra o preconceito. Ela faz mais ação para que as pessoas tenham consciência.

Então, em outrora, a gente não tinha recurso para avançar o que precisava ser avançado; e agora que há o recurso, querem mudar completamente o que já foi pensado e colocado pela equipe pedagógica, mais principalmente na escuta dos pais e da população.

Era isso que eu queria contribuir. Eu queria que a gente pudesse encaminhar daqui outro encontro, para a resolução do problema.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – OK. Muito obrigado.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

**A SRA. LUANA ALVES** – OK. Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os presentes e que estão *on-line*. Antes de começar a minha fala, eu venho demonstrar minha solidariedade à Profa. Beatriz, que está aqui. Eu sinto muito pelo que aconteceu. Eu imagino o tanto de dor que deve causar o não reconhecimento e o tanto de dor que deve causar, enfim, uma exoneração, que, até esse momento, infelizmente – eu queria muito enxergar outra razão, mas a única razão que eu consigo enxergar – com muito respeito, aos presentes da Secretaria,

é, de fato, um tipo de perseguição política.

Eu queria dizer que para nós, para o nosso mandato – eu tenho certeza para esta Câmara Municipal, a participação popular de pais e de famílias é uma solução; e eu acho que é assim que a Secretaria deve encarar.

Esse tipo de animosidade que eu tenho percebido – sendo muito franca, por parte da Secretaria, em relação à participação dos pais – não gera avanço a ninguém. Se existem questões administrativas a serem corrigidas, pensando, por exemplo, a questão da terceirizadas e dos parceiros, têm que ser feito com bastante respeito a quem está há bastante tempo se dedicando, inclusive de forma voluntária, a administração coletiva da EMIA.

Então, eu acho que a gente deve tentar achar formas de entender que a popularização e a expansão têm que vir juntos e potencializados por essa força da participação social. A gente sabe que quando a gente vai pensar popularização – e V.Exas. não vão achar alguém que defende mais do que eu a popularização da EMIA e que há inclusive a reserva de vagas por critério racial – isso não precisa vir como algo contrário à defesa que se faz da unidade do Jabaquara. É isso o que eu estou enxergando. Eu acho que existem muitas possibilidades de a gente fazer isso em conjunto. Entendendo, acho razoável a ideia de grupo de trabalho. É uma pena que o Ministério Público não esteja presente hoje nessa audiência, mas eu tenho certeza de que existe interesse do Ministério Público para formar um grupo de trabalho, que não vai inviabilizar a necessária expansão da EMIA. Quanto a isso, eu tenho um completo acordo. Eu acho que é um tipo de educação. Infelizmente dá para se dizer privilégio; e não pode ser privilégio. Tem que estar em todas as regiões da Cidade e nas periferias, mas isso não dá para ser feito, com clima de animosidade, com o conselho. Acho que não precisa.

Assim coloco o nosso mandato à disposição. Tenho certeza de que vários outros Vereadores também colocam, para tentar corrigir isso, corrigir essa rota. Tenho certeza. O que a Secretária Aline colocou é que há um compromisso com a popularização da EMIA. De fato, pode haver reserva de vaga por critério racial. Isso é uma coisa que o nosso mandato vai cobrar pessoalmente. Tenho certeza. Isso é uma coisa que V.Exas. vão lidar.

Agora, não dá para fazer isso achando que o conselho com as famílias não quer ajudar, porque querem. Ficou óbvio, nesta audiência, que querem.

Então eu me coloco à disposição para tentar colaborar, para a gente tentar achar um caminho conjunto, que permita a ampliação e que permita mais professores, mas que também não se perca o que já existe.

Imaginem: se há, nesse momento, professores de décadas, na EMIA, que têm compromisso com projeto pedagógico, eu tenho certeza de que eles podem ser pontos-chave na popularização e ponto-chave na ampliação. Podem ajudar inclusive a tentar pensar as novas unidades, aproveitando a experiência que eles têm. Então, tenho certeza de isso dá para fazer. Espero que, nesse caminho, a gente faça. Essa é a contribuição.

Obrigada. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Obrigado, nobre Vereadora.

Tem a palavra a Sra. Cristiane Rembowski Fernandes.

**A SRA. CRISTIANE REMBOWSKI FERNANDES** – Eu sou mãe na EMIA. Eu tenho uma filha, que se forma nesse ano. Tenho participado de várias reuniões em defesa da EMIA – não pelos meus filhos, porque uma já está terminando o percurso e outra já terminou – pela grandiosidade que é esse projeto. Acho que esse projeto da EMIA não tinha que ser expandido para a cidade de São Paulo. Ele tinha que ser expandido para o Brasil e para o mundo. A EMIA tem uma pedagogia única e mais atual possível e tem muito a ensinar para muitas escolas, sobre cidadania e arte, como um instrumento de cura e desenvolvimento das pessoas, muito mais do que é na habilidade para se desenvolver. É um trabalho que para quem convive lá é incrível. Os professores da EMIA que estão sendo hoje ameaçados e amordaçados são professores que, mesmo tendo recebido só onze salários por ano ao longo dos últimos anos, não estão tendo 12º nem 13º, nem direito a férias e nem direito à licença maternidade, mas continuam, na EMIA, porque veem aquilo como como um grande desenvolvimento pessoal e desenvolvimento de crianças, como um grande projeto de vida, como realmente é... (Falha na transmissão.) Como é que alguém pode chegar há pouco tempo sem ter pisado lá?

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Quero dizer o quão importante é a participação da comunidade nas decisões sobre a EMIA e cumprimento a todos. É preciso dar continuidade a esse aspecto democrático.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Obrigado, nobre Vereador.

Tem a palavra a Sra. Cristiane.

**A SRA. CRISTIANE REMBOWSKI FERNANDES** – É assustador ver como é que alguém que está de passagem – uma secretária ou uma Prefeitura que seja – consegue destruir um projeto que deveria ser exemplo para o Brasil e para o mundo, reconhecido pela ONU. Não dá para entender; e eu fico com muito medo. Eu espero realmente que os Parlamentares e o Ministério Público consigam ajudar a gente a manter essa escola, porque o que está sendo feito pela Secretaria está destruindo a escola.

Como que alguma coisa pode alçar voo se estão precarizando e destruindo a pista de voo? Não faz sentido. Todo mundo quer que a EMIA se expanda, mas não de uma forma irresponsável e inconsequente. A quem interessa essa rapidez? Será que tem a ver com eleição? Será que tem a ver com cartaz de exposição?

Sabem, vamos respeitar os processos da EMIA. Se há orçamento, ótimo. Quanto ao orçamento – em novembro ou dezembro do ano passado – o Sr. Pedro Renato estava numa reunião. Havia muito orçamento e eu fiz uma conta de padaria na hora e falei: “Transformando os professores da EMIA em CLT e ainda o que V.Exas. querem fazer de expansão, esse orçamento para mim está justo, justo. Acho que não sobra nenhum dinheiro para alguma OS que queira assumir. Tanto é que nenhuma OS se candidatou. Só uma é que foi desclassificada.

Nessa ocasião, o Sr. Pedro ficou de enviar para mim a planilha detalhada. Desde então, o conselho está impedindo essa planilha detalhada e não tem sido enviada. Então, por uma questão de transparência, eu acho que tinha que ser enviada também a planilha detalhada, com todo o orçamento da EMIA para os Parlamentares, para o Ministério Público e para o

conselho.

Não aceitamos a exoneração da Sra. Bia. Ela é de confiança da comunidade e ela estava defendendo os valores da escola. Não aceitamos isso. Não é só pela Sra. Bia, mas por uma grande injustiça com a Sra. Bia, que lutou pelos valores e pela comunidade, de forma totalmente ética, como pela própria escola. É uma rachadura na escola demiti-la.

Então, é isso. Eu gostaria da planilha, e que nenhum professor mais saia, nem a direção.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – OK.**

Tem a palavra o Sr. Pirata.

**O SR. RAPPER PIRATA –** Primeiro eu quero cumprimentar os legisladores. Também em nome dos funcionários públicos, pelos servidores da Câmara, cumprimento todos os servidores públicos da Cidade; e contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica cumprimento os cidadãos e as cidadãs que estão aqui.

Agora, falou-se aqui em democracia, não tem democracia, é uma cota no setor cultural da cidade de São Paulo 2017, e falou de padaria, e aí a padaria. O problema é que são grupos. Democracia tem de participar todo mundo, pelo menos é o que se fala quando a coisa é democrática. Quando há escolha de grupos nós vivemos o sucateamento. E a EMIA, não é de hoje que tem esse debate, porque faz parte de todo o processo da cadeia da política pública da cidade de São Paulo.

Então, são grupos, a coisa vai virando sucata e não vamos esquecer que a promessa do candidato, que está aí, o Prefeito, é fazer mais EMIA's. Só que estamos fazendo um debate muito ruim, porque o debate da Cultura é nos bastidores e, agora, estamos resolvendo alguém que vai falar alguma coisa, de alguma coisa que não é verdade, porque nós sabemos dos processos.

Só para dar exemplo, tem uma política que nós, do Hip-Hop, adotamos e procuramos fazer uma cota, que é o território Hip-Hop para gerar trabalho, 400 trabalhos de oficinairos, os

caras pegaram o território Hip-Hop, usaram o movimento que eles criminalizam, que é o Fórum de Hip-Hop, para justificar, nos bastidores, porque os documentos chegaram a nós, e daí contrataram 23 pessoas, um orçamento de R\$ 2 milhões que foi para R\$ 250 mil. Depois dizem: "Não, fizemos o território Hip-Hop", não, não fizeram! Porque se você não falou com os interessados do Hip Hop quer dizer que não tem, que é a mesma coisa das mães referente ao direito à escola cultural, e que tem de ter em outros lugares. Não pode ser um privilégio. E também não pode ter um grupo X.

Nós estamos na cidade de São Paulo, para eu terminar, eu fui participar e pensei "Quero ser o educador também da EMIA". Aí os caras me colocaram para cadastrar no google docs. Não é documento público. Inventaram chamamento, mas não tem mais edital na Cidade, tem é chamamento. Chamamento é só para fingir que rola, chamam um grupo X e aí não chamam as outras pessoas, e aí, nesse caso, tem de ter edital público. Só que não tem edital público. Vê se alguém falou para mim: "Ô, Pirata, você está participando". Nem sei que participei. Não participei porque foi feito em Google Docs. O mês de Hip Hop também, toda a política da cidade de São Paulo está indo para o Twitter e para o Instagram. Não tem coisa pública. Então para que temos *Diário Oficial*? Para quê ter site da Prefeitura? Por que não falar das verbas. Tem R\$ 643 milhões esse ano! Quanto foi gasto? Quanto está congelado?

E aí para concluir, gostaria de pedir na Comissão uma audiência para falarmos sobre os contratos dos artistas na Cidade. Porque, vejam só, quem está contratando, quem pode ser contratado, inventam um monte de coisas, e nós estamos vendo o sucateamento da Cultura. Então se ficarmos discutindo vamos resolver um probleminha aqui, outro lá, não vamos resolver não, temos de discutir toda a estrutura de Cultura na cidade de São Paulo, porque dinheiro tem, artistas existem, pessoas tem e é um direito público, não é um benefício. Benefício não é direito, certo? É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Agora eu queria passar a palavra para o Sr. Pedro Machado.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Por quanto tempo?

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Para você vou dar cinco minutos, mas não acostume. (Risos).

**O SR. PEDRO MACHADO** – Muito obrigado. Queria saudar a presença de todos os Vereadores e todas as Vereadoras, pessoas que acompanho há muito tempo e que, em diversas vezes, saudei ações dos mandatos em diversas pontes, tanto pela minha passagem pelo Poder Público, como da minha formação como artista. Venho de uma família de artistas e, nesse lugar, eu sinto que a Educação Artística para mim é muito cara, porque justamente meu pai era um artista, meu irmão é um artista, eu sou um artista e eu fui presidente do Movimento dos Teatros Independentes e lutava justamente pelas políticas públicas e me coloquei – estava nas ruas – quando havia algum risco de desmonte.

Por isso que me incomoda tanto quando a palavra 'desmonte' é tão mal utilizada e usada – na minha visão – de uma maneira totalmente deformada para trazer pessoas que podem estar e devem estar, e esse é o convite que eu faço, aliadas para transformações históricas importantes e que, na formação, assim como foi na Lei de Fomento ao Teatro em diversas construções de lei. Inclusive nós estamos discutindo o projeto de lei com a Vereadora Erika Hilton sobre o Programa Jovem Monitor Cultural, com participação de outros Vereadores e Vereadoras, com a Sra. Quilombo Periférico, que têm desenvolvido um projeto de lei para PIA Vocacional, ou seja, há uma tentativa muito clara – e essa é minha passagem – porque eu venho da Cultura, de trazer as questões da formação cultural para uma unanimidade, uma luta, e construção coletiva.

Então muito do que me foi pedido aqui, hoje, é exatamente o que a gente tem tentado fazer e eu peço também a tentativa de diálogo democrático de entender as dificuldades que os nossos cargos têm. Eu acredito que qualquer Vereador ou Vereadora, também Deputado, já passou por dificuldades dentro do seu próprio partido, ou mandato, em que, em algum momento, se perdeu a confiança, ou que se viu uma divergência política em que chegou o momento em que era inconciliável. Isso não é perseguição política. Todos os gabinetes e todas as pessoas que têm cargo de confiança e são de livre provimento você deve, e pode indicar pessoas que estão de acordo com a sua política e que vão defendê-la.

Vou contar um pouco, brevemente, a história da EMIA. Primeiro, sou supervisor de formação cultural com muito orgulho da Cidade há um ano. Nesse um ano, nós aumentamos a verba de todos os programas. Nós implementamos ações afirmativas que não existiam em todos os programas. Então acho um pouco cômodo todo mundo falar que era a favor, mas eu vejo um monte de gestor público que passou e não implementou e, na hora que é implementado, tantas críticas.

Eu conversei muito com a educadora aqui e ela me falou: "Olha, se você me dissesse que esse processo estava tranquilo, você estaria fazendo alguma coisa errada". Então, assim, eu entrei num processo graças aos movimentos, não sou eu. Eu sou apenas um aliado que está no seu papel, no Poder Público, entendendo que há uma urgência de transformação; há uma urgência de expansão da EMIA, porque a EMIA já tem 42 anos e essa expansão não foi feita. Eu não posso, na minha passagem pelo Poder Público, lavar as mãos e fingir que nada vai acontecer e não me responsabilizar por isso.

Segundo. Desde 2011 existe a Lei da EMIA, que prevê a gestão compartilhada. Isso não é uma invenção da gestão. Isso não foi um projeto político da gestão, isso é uma exigência da lei e o Ministério Público abriu inquérito, em 2016, e nos exigiu, em março desse ano, que nós mudássemos o modelo de contratação que o Ministério Público considerou ilegal. Não foi uma decisão política. Foi uma exigência, justamente o que se pede aqui, que é uma convergência entre Ministério Público, Poder Legislativo, ou seja, eu como gestor público, como simples artista que entrou no Poder Público tenho de respeitar o Ministério Público e tenho de respeitar as leis. Se há uma divergência na construção da lei, sempre me coloquei a favor para debater, mas isso não cabe a mim, eu não tenho esse poder. Em algumas vezes, me foi pedido que eu ignorasse a exigência do Ministério Público ou que ignorasse justamente a lei, ou seja, essa lei não nos representa, mas como que eu posso, entendem, no meu lugar, não respeitar isso?

Bem, vamos lá. A EMIA, todo esse processo que foi pedido foi assim que foi feito. Essa resposta ao Ministério Público foi elaborada e assinada em Processo SEI por mim, pela direção da escola, que concordou com a gestão compartilhada. Então me surpreendeu, ao longo

desse processo, que, de repente, pessoas que participaram, como a própria Bia colocou, da escrita do edital, não fui nem eu que escrevi, eu simplesmente passei para a Coordenação da EMIA fazer essa construção para que ela fosse da maneira mais horizontal e construtiva possível, para que respondesse ao Ministério Público, e nós pedimos um termo e um tempo para o Ministério Público. O Ministério Público exigiu em dois meses que nós cancelássemos todos os contratos. Aí, sim, arriscando a continuidade dos anos letivos, dos professores que haviam programado seu ano, colocando em risco a continuidade da EMIA. E nós pedimos: vamos ter um termo até o fim do ano, ter esse tempo para poder, então, mudar o modelo, respeitar a Lei da EMIA, fizemos um TAC com o Ministério Público e o Ministério Público falou: “Vocês têm de acabar com essa contratação ilegal; vocês estão proibidos de contratar os artistas e educadores dessa maneira”.

Isso foi sempre colocado para a comunidade, foi sempre colocado para o corpo docente e, infelizmente, eu acho que muitas dessas divergências passam por uma desinformação que, muitas vezes, me parece não intencional, porque gera essa ideia do desmonte, ou não foi feito horizontal, mesmo pedido que me fizeram da planilha, foi pedido ao diretor da EMIA. Eu, por duas vezes, em reunião pública, disse: “Por favor, repasse a planilha, afinal de contas, o Diretor da EMIA foi Presidente da Comissão e esteve acompanhando todos os passos”. Todas as visitas de unidades para fazer projetos de expansão da EMIA, a Coordenação da EMIA foi convidada. Quando, em certo momento, a coordenação da EMIA passou, inclusive, a discordar da escolha de espaços mais periféricos, foram convidados dois professores da EMIA, com históricos da EMIA e referendados com a direção da EMIA para fazerem essa visita e eles estão fazendo esse mapeamento.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Pedro, posso lhe pedir algo?

**O SR. PEDRO MACHADO** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Eu acho que nós já passamos do prazo, e precisamos terminar logo a reunião, queria dizer o seguinte: eu vi muitas coisas, muitas pessoas falaram, mostraram as situações e tal, queremos saber o que vamos fazer agora? É isso que

importa, quer dizer, não adianta só falar com a Secretária. Precisa assim, por exemplo, essa lei, é possível fazer algum acordo para mudar, e mudar o quê, o que precisa mudar dessa lei? Então, eu, por exemplo, não sei o quê. Por exemplo, podíamos pegar os três Vereadores que estão aqui mais o Sr. Suplicy, nós quatro, tentarmos ver e entrar em contato com o pessoal da escola para também verificar o que nós temos de mudar na lei?

Agora, a lei é mesmo um processo longo. E, do ponto de vista da emergência, o que temos de resolver agora? O que tem de estancar agora? O que está vazando e o que tem de fechar? É isso.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Vereador, o que mais eu me coloco à disposição é o diálogo.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Então queria pedir sua opinião, o que você acha que deve ser feito.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Então, eu vou colocar algumas propostas na mesa, eu fiquei muito feliz na reunião que tivemos, inclusive, com o Vereador Giannazi, em que todo mundo se colocou favorável à expansão e às ações afirmativas, porque, infelizmente, elas não existiam; ou existiam de maneira muito tímida. Porque nós tínhamos um corpo docente que não completava 20% de pessoas pretas, pardas e indígenas.

E no edital que lançamos agora, 86% dos novos artistas educadores são pessoas pretas, pardas e indígenas, corrigindo uma deformação histórica, um racismo estrutural, eu acredito que qualquer Vereador aqui, colocado nesta Mesa, é a favor disso.

As ações que o senhor pediu, afirmativas, desculpa Vereadora, para as crianças, eu justamente pedi para implementar no ano passado! Então primeiro ano que se implementou ações afirmativas ...

**A SRA. LUANA ALVES** – Acredito que não tem nenhuma divergência em relação a isso, Presidente, as questões são outras.

**O SR. PEDRO MACHADO** – O que, para mim, ficou um pouco kafkiano, e que me parece pessoalizado no mau sentido, é que estão se usando uma disputa política por coisas que

não estão na mesa, porque como é que nós queremos desmontar, se estamos ampliando o orçamento de 3 milhões da EMIA, anual, para 8 milhões? Como é que queremos desmontar, se ao invés de contratar 50 educadores, estamos contratando 70? Como é que se quer desmontar se tínhamos contratos irregulares sem 12º, sem 13º, sem nenhum direito para gravidez, para CLT, e é uma *fake news* de que o contrato deles dura seis meses. A única coisa que dura seis meses é o contrato emergencial.

Da mesma maneira que tentaram criar um terror de que os professores não seriam contratados. E todos os professores que quiseram foram contratados. Todos que se opuseram, que criticaram fizeram várias críticas, inclusive pessoais à minha Secretária, estão todos lá, só que existe uma diferença, vocês sabem muito bem: cargo de confiança é cargo de confiança, no momento em que se perde a confiança em um cargo de confiança é direito da Secretária - isso está na lei - que ela escolha alguém de competência para executar esse cargo de confiança.

E o que eu acho, muitas vezes se repete, é que a EMIA não mudou. Primeiro que não é verdade. O último diretor da EMIA mesmo, que está presente, foi indicação do Sturm nesse processo muito turbulento. Foi uma indicação que veio do Secretário. E que, então, foi negociada com a comunidade. Portanto, não é a primeira vez que existe tensão na EMIA. Com certeza, o que é a primeira vez é que existe uma ação afirmativa qualitativa e uma expansão. Isso gera tensões.

O que eu peço a todos: que, de verdade, meu último interesse é que isso vire uma queda de braço, assim, quais são os pontos, queremos discutir expansão da EMIA? A própria Secretária colocou ontem, se colocou disponível para receber as famílias; querem discutir a expansão da EMIA? Vamos. Vocês querem olhar o contrato? Com o maior prazer. Isso tudo está público. Eu sei que estou numa janela de vidro enorme, aqui, na minha função.

Queremos fazer as políticas afirmativas, parece que todos concordaram, porque no fim do ano passado não foi isso que aconteceu. Pediram-me para parar esse processo. Inclusive me pediram para tirar a expansão do contrato de gestão compartilhada.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok. Estamos com...**

**O SR. PEDRO MACHADO** – Desculpe, Vereador, só para concluir. É que são tantas acusações, e pessoais, que, em algum lugar, sinto a necessidade de falar assim: Gente, por favor, existem divergências, é um momento de tensão. Tem diversas pessoas com muito respeito em sua trajetória. Maria Gadu foi aluna da escola, conversei muito com ela, ela mesma me falou de muitas situações que ela viveu, sim, de racismo estrutural, da família dela se sentir lesada ali, e ela sempre se colocou muito a favor de discutir comigo a expansão, ou seja, eu não tenho posição nenhuma com os Vereadores aqui. O que eu mais quero construir é algo conjunto.

O que eu sugiro como encaminhamento, então, respondendo à sua pergunta.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Isso, olha...

**O SR. PEDRO MACHADO** – Primeiro, parem de usar termos que criam névoa e geram uma mentira...

**A SRA. LUANA ALVES** – Uma proposta, Pedro...

– Manifestação fora do microfone.

**A SRA. LUANA ALVES** – Estamos querendo uma proposta de fato para tentar, digamos assim...

– Manifestações concomitantes ao microfone.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – A expansão e a política afirmativa estão todos de acordo, aqui. Todo mundo, a comunidade escolar também. Acho que a forma que está sendo feita, a forma, Pedro, talvez, esse diálogo com a comunidade não está bom.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Só para concluir, por nós já extrapolamos, nós não podemos continuar, porque ao abrir o plenário, nós estaremos nesse local numa ilegalidade.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Vamos para um grupo de trabalho. Que vocês querem mais?

– Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – O que podemos fazer? Acho que temos de fazer uma comissão para discutir tudo. Pedro, se você puder fazer parte dessa comissão, os

Vereadores aqui presentes.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Com certeza.

**A SRA. LUANA ALVES** – Também, estou disponível.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Mais algum aqui, eu acho que o Gallego, você tem bastante conhecimento disso. Mais algumas das mães e professores aí, vamos fazer essa comissão, é uma comissão mista da Câmara com pais e professores e a Cultura.

Vamos fazer uma reunião até amanhã, ou depois, ou semana que vem, porque estou com problema de agenda essa semana. Mas vocês podem participar. Fazemos uma proposta e marcamos uma conversa e vamos falar com a Secretária. É essa a proposta do conjunto.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Mas me deixe fazer um pedido, Vereador. Vou repetir o pedido que a Secretária fez ontem. A Secretária, ontem, recebeu os Vereadores que tinham interesse numa audiência. Eu tenho recebido os professores.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Mas eu estou querendo uma coisa concreta.

**O SR., PEDRO MACHADO** – Vocês estão me pedindo uma coisa, eu quero pedir outra, assim, o ambiente está poluído de coisas que não são verdadeiras. Falar em privatização quando há uma gestão compartilhada na lei, tumultua. Falar em perseguição política num cargo de confiança é observação da lei.

Acho que temos de conversar, mas, para isso, tem de existir um ambiente de conversa dos dois lados. Precisamos abaixar a bola, porque, assim, não dá para a Secretaria também ser colocada para um falso diálogo em que existe uma espada no pescoço da Secretária chamando-a de antidemocrática, perseguição com várias acusações muito pesadas que foram feitas aqui e chamar isso de diálogo. Isso é acusação disfarçada de diálogo.

Diálogo é criar um grupo de trabalho, constrói, cria um cronograma, com o maior prazer. Mas aí eu peço também que o ambiente da discussão da EMIA seja de construção e não de destruição do que está sendo feito.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Ok. Vamos perguntar assim: Vereadora Luana está de acordo, a fazer a comissão?

**A SRA. LUANA ALVES** – Estou de acordo. Coloquei-me à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Ok. Vereador Celso Giannazi?

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Estou de acordo, mas, assim, Pedro, até de fazer o apelo aqui, para esta comissão: a Secretária também tem de estar presente, a comunidade escolar precisa ouvir a Secretária. Nós já tivemos reunião com a Secretária, mas a comunidade escolar precisa.

– Manifestações simultâneas.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Com todo respeito à sua presença, Pedro, mas a comunidade precisa ouvir a Secretária.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Celso, a ideia é a seguinte: vamos fazer um trabalho aqui, independente da Secretária. O Pedro pode participar e ajudar. Depois ele leva: um, nós queremos isso; dois, queremos isso; três, queremos isso; quatro, tirar a admissão; cinco, tirar não sei o quê, enfim, uma coisa muito objetiva.

**A SRA. LUANA ALVES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Se não só fica nisso, não porque não presta; porque é ruim; porque é um absurdo. Não adianta. O que precisamos ter? Qual é a pauta que nós temos, bem objetivo.

Eu por exemplo, acho, a demissão da Beatriz é um ponto para ser revertido. Não, dando um exemplo, o negócio do não sei o quê, do coordenador que isso e aquilo, é outro ponto, então vamos escrever. É isso que eu quero fazer para nós chegarmos ao Secretário e dizemos nós queremos isso, isso e isso.

Se não fica algo mais de cunho de ideias, ideológico, a gente não sai do lugar. Claro isso é uma escola pública, nós queremos que continue pública, isso é que é o fundamental.

– Manifestações simultâneas.

**A SRA. LUANA ALVES** – Esse grupo de Vereadores está à disposição, porque eu sei que a Secretaria tem algumas limitações pela lei.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Está bom, ok.

– Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Mas, Vereadora Luana, ele falou algumas coisas que são corretas, livre provimento é livre provimento, fazer o quê? Concurso é concurso. Por isso que nós defendemos concurso, não é?

**A SRA. LUANA ALVES** – Exato. É a estabilidade do servidor.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Não é que somos contra quem está em livre provimento, mas nós precisamos ter um País em que os funcionários tenham estabilidade, justamente para não sofre a injeção política. Por isso que existe estabilidade, não é que porque é folga para os funcionários, pelo contrário.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Vereador, eu concordo, mas existe também uma gestão política que é lei.

– Manifestações simultâneas.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Seria inapropriado até que a Secretaria exigisse que alguns dos Vereadores aqui presentes tivessem que contratar alguém em seus gabinetes. Está na lei.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Não, está certo

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Pedro, é diferente, quando você coloca os cargos de Vereador é diferente da política pública de uma escola.

– Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** - Independente de foro, de ser ou o que seja, existe assim: esse movimento tem alguns pontos. Item 1, tal coisa; item 2, tal coisa; a independente de a Secretaria querer ou não atender.

– Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Temos de fazer algo razoável, o que é possível, não dá para pôr o pé na canela da Secretária e nem o pé na canela da comunidade da EMIA. Tem de fazer uma proposta que seja possível, eu acho que dá para construir essa proposta e vamos lá, depois, falar com a Secretária, ou com quem quer que seja, com outros

Vereadores e tentamos ver o que dá para garantir. Dá para garantir isso; dá para garantir isso e isso, pronto, acabou. Vamos tentar reconstruir.

**A SRA. LUANA ALVES** – Isso. E mais uma vez: esta Câmara e esse grupo de Vereadores estão dispostos a fazer qualquer alteração na lei municipal que facilite o trabalho na Secretaria. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Esse é um item.

**A SRA. LUANA ALVES** – Agora, pensando na parte política, que você está trazendo bastante, Pedro, é o seguinte: nós temos compromisso e nós queremos que seja possível viabilizar, inclusive, porque, grande parte dos Vereadores desta Casa tem proximidade política com a Prefeitura e com a Secretaria.

Então é isso. O trabalho de convencimento político da aprovação de uma alteração da lei municipal passa, inclusive, pelo poder político da Secretaria. É nesse sentido, eu faço esse apelo, pois a nossa disposição está dada, que vai aprovar eu não sei. Para aprovar ou não vai precisar, inclusive, da movimentação política da Secretaria. Você está entendendo o que estou te dizendo.

– Manifestações simultâneas.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Claro, eu só faço um pedido, em nome da Secretária, que, ontem, não reunião, que foi convocada pelos Vereadores, que ela respondeu prontamente no dia que teve, inclusive, a presença dos Vereadores, nós abrimos uma comissão...

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Prontamente não.

**O SR. PEDRO MACHADO** – ...só não estava presente porque estava passando por um procedimento, estava hospitalizada na segunda. A nossa adjunta esteve junto, todo o Gabinete, eu, a disposição para diálogo nunca acabou, não teve uma reunião em que eu fui convidado em que eu não estive.

**A SRA. LUANA ALVES** – Ótimo.

– Ruído na gravação.

**O SR. PEDRO MACHADO** – O que eu peço para vocês é: para a gente construir um

diálogo, precisa estar disposto ao diálogo. Como eu disse, é o que eu disse, a Aline convidou todos os Vereadores ontem, vamos construir um caminho juntos.

– Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Desculpe, eu tenho de encerrar a reunião.

**O SR. PEDRO MACHADO** – Não, claro, tem de encerrar, mas eu peço só, última palavra minha, eu acho assim, podemos construir uma alteração da lei, vamos conversar. Não posso responder pela Secretária, posso responder por mim. Agora, eu acho que não se pode fazer falsas acusações quando um servidor está cumprindo a lei e ....

– Manifestações concomitantes ao microfone.

**A SRA. LUANA ALVES** – Está bom, Pedro.

**O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel)** – Quero dizer o seguinte: então, a conclusão desta reunião é que será confirmada uma comissão mista entre Parlamentares e a comunidade da EMIA, e você, representando a Cultura, uma comissão mista dessas três vertentes, essa é a conclusão, em que vamos discutir item a item; vamos discutir, a longo prazo, a questão da lei de 2011 e, num curto prazo, questões pontuais que são exigências do movimento ou da Secretária, ou de vocês, ok?

Está encerrada a nossa audiência, agora vamos fazer a reunião da Comissão.

(Palmas)